



www.polmil.sp.gov.br

Exemplar nº \_\_\_\_ de 19 cópias

SÃO PAULO-SP

241800AGO10

## **INSTRUÇÃO CONTINUADA DO COMANDO**

### **SÚMULA DE ICC Nº 28**

**Referência:** NOTA DE INSTRUÇÃO Nº PM3-001/03/09, de 09 de março de 2009.

**1. TEMA: “USO MODERADO DA FORÇA E EMPREGO DE ARMAS NÃO LETAIS (INCLUSIVE TASER M26)”.**

#### **2. CALENDÁRIO:**

a. Início: 01SET10

b. Término: 25SET10

#### **3. ASSUNTO A SER LIDO:**

1º - Policial Militar! O Código Penal contém justificativas ou causas de exclusão da antijuridicidade que amparam legalmente o uso da força. Em seu artigo 23, estabelece que não há crime quando o agente pratica o fato em estado de necessidade, em legítima defesa ou em estrito cumprimento de dever legal. Desse modo, caso seja necessário o uso de força, haverá amparo legal, desde que não se exceda além do suficiente para conter a agressão.

2º - É importante saber que para a atuação nos limites das normas legais, alguns questionamentos se fazem necessários, a fim de criar um ambiente favorável, como por exemplo: O emprego da força é legal? Foram esgotadas todas as possibilidades preliminares, como as verbalizações existentes nos POP pertinentes? A aplicação da força é de fato necessária? A força a ser utilizada é proporcional e moderado ao nível de resistência oferecida? Os meios materiais e os conhecimentos para empregar a técnica necessária são detidos pelo agente? O Uso da força é conveniente, no que diz respeito às consequências da ação ou omissão? É, de fato, necessário o seu uso? Pense nisso antes de iniciar a sua atuação.

3º - Não obstante, são aspectos norteadores da ação policial a legalidade, a necessidade, a proporcionalidade e a conveniência; portanto, sempre utilize os equipamentos necessários e que são disponibilizados pela PMESP para a sua atuação.

4º - Policial Militar! O emprego de força no ato da prisão deve ser considerado que, inerente a ele, encontra-se a autorização legal do emprego de força coercitiva necessária para a sua realização. Logo, o ato de algemar se insere, naturalmente, como meio moderado e imprescindível à implementação da medida para que ela ocorra eficazmente, sem risco de vida ou de ferimentos para o policial, para terceiros e para o próprio preso.

5º - Importante: Convém registrar que o emprego da força deve cessar imediatamente, no momento exato em que cessar a ação agressora ou o risco que determinou o seu emprego e, no caso de o emprego da força produzir ferimentos em qualquer indivíduo, deverá ser providenciado, de imediato, o seu atendimento médico, tão logo que possível.

6º - Em casos especiais, a fim proporcionar uma atuação policial, o policial militar deve utilizar os equipamentos não letais, tais como cassetetes, tonfas, munições de elastômero macias, espargidores de agente lacrimogêneo, granadas de agente lacrimogêneo ou fumígenas, e arma de lançamento de eletrodos energizados (conhecido por TASER M26).

7º – Lembre-se. Deve-se utilizar os equipamentos não letais nas seguintes situações: contenção de pessoas com agressividade descontrolada, contenção de suicida (desarmado), defesa contra agressor armado com armas brancas, defesa contra animais, entre outras situações. Essas são apenas as situações mais comuns de utilização do equipamento, mas a lista é apenas exemplificativa, podendo haver outras hipóteses em que o uso se faça necessário, observada a moderação e os esgotamentos de anteriores meios necessários.

8º - Lembre-se, ainda, Policial Militar, que o uso indiscriminado ou fora dos preceitos legais implica sanções penais, administrativas e civis. Prepare-se, desse modo, para atuar de forma moderada, com equilíbrio, jamais ultrapassando os limites que a lei autoriza e determina.

CLAUDIO ANTÔNIO RISSOTTO  
Cel PM Diretor de Ensino e Cultura

**DISTRIBUIÇÃO:**

CPC, CPM, CPI-1 a 10, CPChq, CPRv, CPAmb, CCB, Correg PM (cada).....	01
Coord Op PM (para conhecimento) .....	01
Arquivo.....	01
Total .....	19